



Maria Helena Nogueira Notária

Av. D. João II, lote 4.53.01, loja 4  
(Esquina com a Rua de Moscavide)  
Parque das Nações - Expo Zona Norte  
1998-029 Lisboa  
Telef.: 218 934 070/ 77  
Fax: 218 934 079  
Email: notaria-mhnogueira@sapo.pt

**C E R T I D ã O**

**Maria Helena Nogueira, notária, certifico que:**

1- A presente certidão, composta por Onze folhas, foi extraída da escritura lavrada de folhas 139 a folhas 140v do Livro número 140-A das notas deste Cartório e do documento complementar respectivo.

2- Está conforme o original e leva aposto o selo branco da notária em todas as folhas, devidamente numeradas e rubricadas.

Lisboa, 01 de Julho de dois mil e quinze.

Pela Notária,

[Handwritten Signature]

**Rosa Maria Ferreira Silva Amadeu Vaz**  
(com competência delegada)

**Sofia Alves Paulico Valente**  
Com autorização da Notária registada  
na Ordem dos Notários com o nº 38/8  
(com competência delegada)  
Art.º 8º/2 DL 26/2004 de 04/02 e  
Portaria nº 55/2011 de 28/1

(Portaria nº 385/2004, de 16 de Abril)

Honorários - Conta

Art.º:

nº7 al. a) (até 4 págs.)	16,81€
nº7 al b) (cada pág. a mais 2,10€)	_____ €
IVA 21%	_____ €
IRS (Retenção na fonte 20%)	_____ €
Total:	_____ €

Conferida e registada sob o nº

4865



Maria Helena  
Nogueira  
Notária  
Lisboa  
Livro 140-A  
Fis 139  
4

## ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO DO GIL

\_\_\_\_\_ No dia um de Julho de dois mil e quinze, perante mim, **Maria Helena Varandas Afonso Nogueira**, Notária no concelho de Lisboa, inscrita na Ordem dos Notários sob o número trinta e oito, no meu Cartório na Av. D. João II, Lote 4.53.01, loja 4, na mesma cidade, compareceram: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PATRÍCIA RAMOS BOURA**, natural da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, concelho de Oeiras, solteira, maior, residente na Rua de Leiria, nº 40, Carcavelos, Cascais e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **SÍLVIA SOFIA BANDEIRA NUNES VENTURA**, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, solteira, maior, residente no Largo Filinto Elísio, nº 13, 9º C, em Almada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que outorgam na qualidade de **vogais** do **Conselho de Administração** em representação da "**FUNDAÇÃO DO GIL**", pessoa colectiva de utilidade pública, com sede na Avenida do Brasil, nº 53-D, Pavilhão 13, Parque da Saúde de Lisboa, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, com o NIPC e matrícula 504.729.292, cujos documentos se encontram depositados na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, reconhecida pelo Secretário de Estado da Administração Interna em quatro de Agosto de dois mil conforme Portaria número 1325/2000, publicada no Diário da República, II Série, número 201, de trinta e um de Agosto de dois mil - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Verifiquei:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A **identidade** das outorgantes pela exibição dos seus cartões

de cidadão respectivamente números 10727763 e 11346612. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A sua **qualidade** por certidão de registo comercial e os seus **poderes para este acto** por pública-forma do despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares de sete de Janeiro de dois mil e quinze, pública-forma da Acta número cento e trinta e dois da reunião do Conselho de Administração da mencionada Fundação e pública-forma da Acta número trinta e dois da reunião do Conselho Geral da mencionada Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **E DECLARARAM:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que conforme consta do processo número 36/FUND/2014 da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a "FUNDAÇÃO DO GIL" apresentou em nove de Setembro de dois mil e catorze, na sequência do proposto e deliberado pelo Conselho de Administração na sua reunião de onze de Agosto de dois mil e catorze de que foi lavrada a acta número cento e trinta, pedido de modificação dos respectivos estatutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A aceitação de tal pedido ficou dependente da aprovação pelo Conselho de Administração da Fundação de nova proposta de modificação dos estatutos que eliminasse as deficiências legais apontadas pela referida Secretaria Geral à proposta de modificação inicial. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para o efeito tornou o Conselho de Administração a reunir em dois de Dezembro de dois mil e catorze e deliberou e aprovou a modificação dos estatutos como requerido pela entidade competente para o reconhecimento, conforme consta da acta número cento e trinta e dois, modificação que mereceu despacho favorável do Ministro da Presidência e

Maria Helena  
Nogueira  
Notária  
Lisboa  
Livro 140-A  
Fls. 140  
Q

dos Assuntos Parlamentares em sete de Janeiro de dois mil e quinze. \_\_\_\_

\_\_\_\_ Que pela presente escritura, em conformidade com a proposta do Conselho de Administração de dois de Dezembro de dois mil e catorze e com a referida decisão do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, **alteram os estatutos** da "FUNDAÇÃO DO GIL" que tem a sua sede na Avenida do Brasil, nº 53-D, Pavilhão 13, Parque da Saúde de Lisboa, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, os quais passam a ter a **nova redacção** que consta do documento complementar anexo a esta escritura e que dela faz parte integrante, cujo conteúdo declararam conhecer perfeitamente pelo que é dispensada a sua leitura. \_

\_\_\_\_ **Adverti** as outorgantes de que devem proceder ao registo dos factos titulados nesta escritura sujeitos a registo comercial no prazo de **dois meses** a contar de hoje. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **ARQUIVO:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) Documento complementar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ b) Certidão de registo comercial; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ c) Pública-forma da mencionada Acta nº 32 do Conselho Geral; \_\_\_\_

\_\_\_\_ d) Pública-forma da mencionada Acta nº 132 do Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ e) Pública-forma do ofício nº 2848/DAJD/2014 da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ f) Pública-forma do ofício nº 56/DAJD/2015 da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros; \_\_\_\_\_


\_\_\_\_ g) Fotocópia dos anteriores estatutos da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Esta escritura** foi lida às outorgantes e às mesmas explicado o

seu conteúdo.

- Patrícia Ramos Luv
- Silvia Sofia Bandeira Nunes Ventura

A notária, 

Conta registada pela factura nº 4 865 

Liv. 140 A 139  
Doc. n.º 275 Fls 691

3

R. S.  
P.

\_\_\_\_\_ DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO 64º DO CÓDIGO DO NOTARIADO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DA ESCRITURA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS, EFECTUADA EM UM DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE, NO CARTÓRIO DA NOTÁRIA EM LISBOA, MARIA HELENA VARANDAS AFONSO NOGUEIRA, EXARADA A FOLHAS 139 DO LIVRO DE NOTAS 140-A. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESTATUTOS \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Capítulo I \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disposições Gerais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artigo 1º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Natureza) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Fundação do Gil, doravante designada abreviadamente por Fundação, é uma pessoa colectiva de direito privado, visando fins de utilidade pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A Fundação rege-se pelos presentes estatutos e, no omissso, pela lei portuguesa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artigo 2º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Duração) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Fundação tem duração indeterminada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artigo 3º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Sede) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Fundação tem a sua sede na Av. do Brasil, 53 D, Pavilhão 13, Parque da Saúde de Lisboa, 1700 – 063 Lisboa, podendo criar delegações

AR  
SV.

ou quaisquer outras formas de representação, onde for julgado conveniente para a prossecução dos seus fins. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 4º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Fins)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Fundação tem como fim contribuir para o bem-estar, a valorização pessoal e a plena integração social das crianças e dos jovens, mediante a realização, promoção, participação ou patrocínio de acções de carácter cultural, educativo, artístico, científico, social e de assistência. \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Capítulo II** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Capacidade Jurídica e Património** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 5º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Capacidade jurídica)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Fundação goza de plena autonomia financeira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A Fundação pode praticar todos os actos necessários ou convenientes à realização dos seus fins e à gestão do seu património, designadamente: \_\_\_\_\_

Adquirir, alienar ou onerar, a qualquer título, bens móveis ou imóveis; \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados, sem prejuízo do disposto no número 2, alínea a), do artigo 6º dos presentes estatutos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Negociar e contrair empréstimos e conceder garantias; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Adquirir, a título originário ou derivado, participações em sociedades comerciais que constituam um instrumento útil para a prossecução dos fins da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 6º** \_\_\_\_\_



4  
P

**(Património)**

1. O património da Fundação é constituído por um fundo inicial próprio no valor de €498.797,90 (quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e sete Euros e noventa cêntimos), resultante das contribuições em dinheiro dos seus fundadores.

2. O património da Fundação é ainda constituído:

a) Por todos os bens móveis ou imóveis que a Fundação venha a adquirir a título oneroso ou gratuito, devendo, neste último caso, ficar a aceitação dependente da compatibilização da condição e do encargo com os fins da Fundação;

b) Pelo produto da alienação de bens móveis ou imóveis ou de direitos de que seja titular;

c) Pelas receitas provenientes da gestão do seu património;

d) Pelos rendimentos de direitos de que seja ou venha a ser detentora;

e) Pelas receitas provenientes das actividades que venha a desenvolver;

f) Pelas receitas provenientes da participação no capital social de sociedades comerciais;

g) Pelo valor dos subsídios ou contribuições, regulares ou ocasionais, provenientes de quaisquer entidades, pessoas singulares ou pessoas colectivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

**Capítulo III**

**Organização e Funcionamento**

RA.  
SV.  
Q

\_\_\_\_\_ **Secção I** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Órgãos da Fundação** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 7º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Órgãos)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ São órgãos da Fundação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) O Conselho de Curadores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) O Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) A Comissão Executiva; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) O Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 8º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Incapacidades e impedimentos)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Qualquer membro dos órgãos da Fundação não pode votar sobre os assuntos em que tenha, directa ou indirectamente, por conta própria ou de terceiro, um interesse em conflito com o da Fundação; em caso de conflito, o membro do órgão social deve dele dar conhecimento aos restantes membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Os membros dos órgãos da Fundação não podem contratar, directa ou indirectamente, com a instituição, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Não podem ser reeleitos ou re-designados os membros dos órgãos sociais que, mediante decisão judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou tenham sido removidos dos cargos que desempenhavam. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Não é permitida a eleição de quaisquer membros por mais de 2 mandatos consecutivos para qualquer órgão da Fundação, salvo se o

h  
m  
P

PR  
SM

Conselho de Curadores reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Secção II** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Conselho de Curadores** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 9º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Composição e mandato)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. O Conselho de Curadores terá um número ímpar de membros, com um máximo de quinze, e as vagas que ocorram, designadamente, por morte, impedimento definitivo, suspensão ou fim de mandato, incapacidade, exclusão ou renúncia de um dos seus membros, serão preenchidas por personalidades consensuais de reconhecido mérito, integridade moral e competência em qualquer dos campos de actividade da Fundação, a eleger mediante deliberação, por maioria, em reunião dos restantes membros do Conselho de Curadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. O Conselho de Curadores elegerá, de entre os membros que o compõem, um presidente e um vice-presidente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O mandato dos membros do Conselho de Curadores é de quatro anos, renovável por igual período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As substituições efectuadas para preenchimento de vagas ocorridas antes do termo do mandato em curso duram até ao final desse mandato. \_\_\_\_\_

R.  
SV.  
Q

\_\_\_\_\_ **Artigo 10º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Representação das pessoas colectivas)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Quando um membro do Conselho de Curadores seja uma pessoa colectiva, esta deverá designar uma pessoa singular para exercer o cargo no Conselho de Curadores, com mandato por um período de quatro anos, renovável por igual período; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Em caso de impedimento definitivo, morte, exclusão ou renúncia da pessoa singular designada nos termos do número anterior, deverá a pessoa colectiva que a designou indicar um novo representante para exercer o cargo no Conselho de Curadores, no prazo de 30 dias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 11º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Funcionamento)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. O Conselho de Curadores reúne ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho de Administração ou de, pelo menos, um terço dos seus membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Os membros do Conselho de Curadores poderão fazer-se representar por outro membro, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente, não sendo, no entanto, permitido a nenhum membro do Conselho de Curadores a representação de mais de dois membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Às reuniões do Conselho de Curadores poderão assistir e participar, sem direito de voto, os membros dos outros órgãos sociais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. De todas as reuniões será lavrada ata, em livro próprio, obrigatoriamente assinada pelos membros presentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 12º** \_\_\_\_\_

6  
R

\_\_\_\_\_ **(Deliberações)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Todos os membros do Conselho de Curadores dispõem do direito a um voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria dos votos emitidos, dispondo o presidente de voto de qualidade em caso de empate. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. O Conselho de Curadores poderá deliberar, em primeira convocatória, se estiverem presentes pelo menos metade dos seus membros ou dos seus representantes devidamente credenciados e, em segunda convocatória, seja qual for o número de membros presentes ou representados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 13º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Competência)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Compete ao Conselho de Curadores: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Velar pelo cumprimento dos estatutos da fundação e pelo respeito da vontade dos seus fundadores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Zelar pelos interesses da Fundação, contribuir para o seu prestígio e defender, interna e externamente, o seu bom nome; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Designar os respectivos membros que entre si elegerão o presidente e o vice-presidente do Conselho de Curadores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Determinar trienalmente o número de membros do Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Designar ou destituir os membros do Conselho de Administração e, de entre os mesmos, o seu presidente; \_\_\_\_\_

R.  
SV.  


- \_\_\_\_\_ f) Designar ou destituir os membros do conselho fiscal; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ g) Fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos do disposto no artigo 29º dos presentes estatutos; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ h) Dar parecer sobre as políticas gerais de funcionamento da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ i) Dar parecer sobre a alienação ou oneração de bens imóveis da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ j) Dar parecer sobre a participação da Fundação em sociedades comerciais; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ k) Dar parecer sobre as propostas de alteração dos estatutos ou a extinção da Fundação e o destino do seu património; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ l) Dar parecer sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ m) Exercer as demais competências que lhe são conferidas pelos presentes estatutos. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **Artigo 14º** \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **(Competências do presidente)** \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ 1. Compete ao presidente do Conselho de Curadores: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ a) Representar a Fundação em todos os atos solenes; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Curadores; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ c) Exercer quaisquer outras funções que nele sejam delegadas pelo Conselho de Curadores. \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 2. O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **Secção III** \_\_\_\_\_

fr  
80.  
J  
X  
M

\_\_\_\_\_ **Conselho de Administração** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 15º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Composição e mandato)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. O Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de sete, conforme for deliberado pelo Conselho de Curadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Os membros do Conselho de Administração são designados pelo Conselho de Curadores que designará qual dos membros será o presidente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de três anos, renovável por igual período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Quando as eleições/designações não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. As substituições efectuadas para preenchimento de vagas ocorridas antes do termo do mandato em curso duram até ao final desse mandato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 16º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Funcionamento)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. O Conselho de Administração reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de 1/3 dos seus membros para o efeito, a qual deverá indicar expressamente a ordem de trabalhos a ser debatida. \_\_\_\_\_

14  
SV.  


\_\_\_\_\_2. As reuniões serão convocadas por meio de aviso postal, fax ou correio electrónico expedido para cada um dos membros do conselho de administração, com uma antecedência mínima de dez dias, da qual constará o dia, horas e locais onde a mesma terá lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. As deliberações serão tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. De todas as reuniões será lavrada ata, em livro próprio, obrigatoriamente assinada pelos membros presentes. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **Artigo 17º** \_\_\_\_\_

##### \_\_\_\_\_ **(Competência)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários à prossecução dos fins da Fundação e a gestão do seu património. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Compete, em especial, ao Conselho de Administração: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Definir as políticas gerais de funcionamento da Fundação, sob parecer do Conselho de Curadores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Definir as políticas e orientação de investimento da Fundação;

\_\_\_\_\_c) Elaborar e aprovar, até 15 de Dezembro de cada ano, o orçamento e o plano anual de actividades da Fundação para o ano seguinte, com o parecer prévio do Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Elaborar e aprovar o relatório e contas do exercício, sob parecer prévio obrigatório do Conselho Fiscal, até 31 de Março de cada ano; \_\_\_\_\_



RV:  
SU.  
J  
M

- \_\_\_\_\_e) Administrar e dispor livremente do património da Fundação, nos termos da lei e dos estatutos; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_f) Negociar e contrair empréstimos e conceder garantias; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_g) Deliberar, sob parecer prévio do Conselho de Curadores, sobre a participação da Fundação em sociedades comerciais; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_h) Representar a Fundação em juízo e fora dele, sem prejuízo do disposto no número 1, alínea a), do artigo 13º; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_i) Deliberar sobre a criação de delegações ou outras formas de representação da Fundação, onde for julgado conveniente; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_j) Aprovar e fazer cumprir os regulamentos internos da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_k) Celebrar protocolos, acordos de cooperação ou qualquer outro tipo de contratos com pessoas singulares ou com pessoas colectivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, no âmbito dos fins próprios da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_l) Organizar e dirigir os serviços da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_m) Contratar, despedir e dirigir o pessoal da Fundação, bem como fixar as respectivas remunerações; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_n) Constituir mandatários; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_o) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, designadamente livros e registos, de todas as transacções e entradas e saídas de fundos, de modo a reflectirem, de forma precisa e totalmente, em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_p) Deliberar sobre a alienação ou oneração de bens imóveis da Fundação; \_\_\_\_\_

Pr.  
SV. 

\_\_\_\_\_q) Deliberar sobre a alteração dos estatutos ou a extinção da Fundação e o destino do seu património; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_r) Designar ou destituir os membros da Comissão Executiva; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_s) Decidir sobre quaisquer outras matérias relativas à actividade da Fundação e que, pelos presentes estatutos, não constituam competência de outros órgãos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 18º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Competências do presidente)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Compete ao presidente do Conselho de Administração: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Proceder à distribuição de pelouros no seio do Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Garantir a observância dos presentes Estatutos e dos regulamentos aplicáveis; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Representar a Fundação em juízo ou fora dele, podendo delegar essa representação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Convocar as reuniões do Conselho de administração, presidir às suas sessões, dirigir os respectivos trabalhos e promover a execução das suas deliberações; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Convocar reuniões conjuntas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e/ ou do Conselho Fiscal sempre que o julgar conveniente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo membro do Conselho de Administração designado expressamente para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 19º** \_\_\_\_\_

Pr. Su.  
9  
2

\_\_\_\_\_ **(Vinculação da Fundação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Fundação fica obrigada em quaisquer actos ou contratos pela: \_

\_\_\_\_\_ a) Assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Assinatura de um membro do Conselho de Administração no exercício de poderes que nele houverem sido delegados por deliberação do órgão; ou \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Assinatura individual ou conjunta de um ou mais mandatários, nos termos dos respectivos mandatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Secção IV** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Comissão Executiva** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 20º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Composição e mandato)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Comissão Executiva é composta por 1 presidente e 2 vogais, todos membros do Conselho de Administração e por estes designados. \_


\_\_\_\_\_ 2. O mandato dos membros do Comissão Executiva é de três anos, renovável por igual período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 21º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Funcionamento)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Comissão Executiva reunirá ordinariamente quinzenalmente e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a solicitação de dois membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. O modelo de funcionamento da Comissão Executiva será definido em regulamento interno próprio aprovado pelo Conselho de

Dr.  
SV.  


Administração. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 22º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Competência)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Compete à Comissão Executiva: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Assegurar a gestão corrente dos aptos e negócios jurídicos previstos nos Planos de Actividade e Orçamento, de cada exercício, aprovados pelo Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Autorizar a realização de despesas até ao montante de 150.000 euros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Celebrar protocolos, acordos de cooperação ou qualquer outro tipo de contratos com pessoas singulares ou com pessoas colectivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, aprovados pelo Conselho de Administração e mediante delegação deste para a outorga dos mesmos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 23º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Competências do presidente)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Compete ao presidente da Comissão Executiva: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Exercer a gestão corrente da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Convocar reuniões e dirigir os trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal da comissão designado para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 24º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Obrigações Específicas)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Comissão Executiva obriga-se a prestar todas as informações relativas aos negócios da Fundação que lhe forem solicitadas por qualquer

R' 3V.  
S  
N  
R

membro do Conselho de Administração. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Secção V** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Conselho Fiscal** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 25º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Composição, mandato e reuniões)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, designados pelo Conselho de Curadores, que entre si elegerão um presidente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Um dos membros do Conselho Fiscal será obrigatoriamente uma sociedade de revisores oficiais de contas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de três anos, renovável por igual período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. O Conselho Fiscal reúne, obrigatoriamente, uma vez por trimestre e sempre que convocado pelo seu presidente ou pelo presidente do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Das reuniões efectivadas serão lavradas atas, obrigatoriamente, assinadas pelos membros presentes nas mesmas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 26º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Competência)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Compete ao Conselho Fiscal: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a existência ou situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela Fundação, a qualquer título; \_\_\_\_\_

P. 81.  
9

\_\_\_\_\_c) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Dar parecer sobre o orçamento e o plano anual de actividades da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva sempre que necessário ou sempre que para tal seja convocado pelos seus respectivos presidentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os membros do Conselho Fiscal devem proceder, conjunta ou separadamente, sempre que o reputem necessário, aos actos de inspecção e verificação que entenderem por convenientes ao integral desempenho das suas funções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Capítulo IV** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Modificação dos estatutos e extinção da Fundação** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 27º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Alteração dos estatutos e extinção da Fundação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a modificação dos estatutos, bem como sobre a extinção da Fundação, e sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação do Conselho de Administração, e salvo disposições legais em contrário, for julgado mais conveniente à luz da realização dos fins para que foi instituída. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Capítulo V** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Disposições finais e transitórias** \_\_\_\_\_

Rv.  
su.  
M  
M

\_\_\_\_\_ **Artigo 28º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Destituição de membros dos órgãos da Fundação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O mandato de qualquer dos titulares dos órgãos da Fundação poderá ser revogado, por deliberação do Conselho de Curadores, tomada por escrutínio secreto e aprovada por dois terços dos votos emitidos, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das suas funções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 29º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Remunerações)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. As funções de membro da comissão executiva do Conselho de Administração ou de administrador delegado poderão ser remuneradas, consoante a deliberação que vier a ser tomada pelo Conselho de Curadores, que fixará ainda, se for esse o caso, os respectivos montantes.

\_\_\_\_\_ 2. O exercício de funções pelos membros dos demais órgãos da Fundação não será remunerado, à excepção da sociedade de revisores oficiais de contas mencionada no número 2 do artigo 25º, cuja remuneração será fixada pelo Conselho de Curadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 30º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Casos Omissos)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os casos omissos serão objecto de resolução pelo Conselho de Administração, após emissão de parecer pelo Conselho de Curadores, segundo os princípios gerais dos presentes estatutos e legislação em vigor aplicável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 31º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **(Entrada em vigor)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os presentes estatutos entram em vigor na data de outorga da respectiva escritura pública e produzem efeitos em relação a terceiros na data da sua publicação, nos termos do disposto no artigo 166º do Código Civil, na versão que lhe foi dada pela Lei-Quadro das Fundações. \_\_\_\_\_

. Patrícia Ramos Bwy

. Silvia Sofia Bandeira Nunes Vieira

A notária,

